

**UMA ANÁLISE PERTINENTE  
DO CONCEITO DE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA  
E SUA APLICAÇÃO EM SALA DE AULA**

*Alessandra Maria Custódio da Silva* (UENF)

[alessandrapsiu@yahoo.com.br](mailto:alessandrapsiu@yahoo.com.br)

*Elane Kreile Manhães* (UENF)

*Laís Rodrigues Ferreira* (UENF)

*Gerson Tavares do Carmo* (UENF)

**RESUMO**

O artigo tem o objetivo de pesquisar e recolher as concepções prévias de professores que atuam em uma escola da rede privada na cidade de Campos dos Goytacazes acerca do conceito de variação e contribuir, à luz da sociolinguística e dos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, não só para o desenvolvimento dessa corrente, mas também para a reflexão da prática docente. Observou-se, ao longo de nossos estudos, que o *não saber* e o *não aplicar* os verdadeiros conceitos sobre a variação linguística contribuem para um discurso hegemônico no qual presidem opiniões equivocadas e preconceituosas em relação à diversidade linguístico-cultural que compõe o universo escolar.

**Palavras chave:** Variação linguística. Sociolinguística. Reflexão.

**1. Introdução**

A variação linguística ganhou espaço nas propostas metodológicas no início dos anos 60, quando o processo de democratização do ensino passou a incluir, além de alunos da classe média e alta, os de classe baixa advindos das zonas urbana e rural cuja variedade linguística não se encaixava nos padrões aceitos pelo discurso escolar.

A partir de então, percebeu-se que sociólogos, antropólogos, educadores e linguistas se aprofundaram no assunto. Entretanto, as características da fala, bem como a sua variação e, conseqüentemente, o ensino das variedades linguísticas ainda continuam não sendo muito bem vistos por docentes da área de letras. É notável que o preconceito linguístico continue arraigado nas escolas por motivo de uma concepção de ensino dominante, instituído por uma corrente normativista.

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais*, documento publicado desde 1998, já apresentavam propostas que vão de encontro a tal pensamento. Como nos indicam tais parâmetros, “a variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e

sempre existirá independente de qualquer ação normativa” (BRASIL, 1998, p. 29).

Diante desse posicionamento, pretendemos observar a abordagem dada pelos professores aos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, documento ancorado em uma visão sociointeracionista, no que tange aos estudos sobre variação linguística. Além disso, objetivamos investigar como os docentes têm lidado com o ensino desse tema em suas salas de aula.

Na busca pelas respostas às nossas indagações, realizaremos um questionário com professores do primeiro segmento do ensino fundamental que atuam numa escola da rede particular da cidade de Campos dos Goytacazes, localizada no estado do Rio de Janeiro, acerca do conceito de variação linguística e de sua aplicação em sala de aula; buscando identificar, em seus relatos, suas verdadeiras acepções e práticas sobre o tema.

Em seguida, intencionamos analisar e identificara complexidade da questão que tomamos como centro de nossa discussão e contribuir, através das fundamentações teóricas de Bagno (1999, 2000 e 2007), Castilho (2010), Bortoni-Ricardo (2005) e dos *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa*, para o desenvolvimento dessa corrente, bem como para a reflexão da prática docente.

Levantamos, como hipótese de pesquisa, a existência de uma lacuna entre a compreensão do conceito de variação linguística por parte dos docentes e a aplicação dos conceitos que resultam dessa temática. A partir dos resultados obtidos, analisaremos como o ensino da língua, no que concerne à questão da variação linguística, vem sendo tratado pelos docentes.

## **2. A sociolinguística**

A sociolinguística se firmou nos Estados Unidos, na década de 60, e foi impulsionada pelos estudos de William Labov, o qual engendrou seus trabalhos sobre variação e mudança linguísticas.

Labov (2008) estudou as variedades do inglês não padrão exclusivamente de porto-riquenhos e negros da cidade de Nova Iorque. De uma forma pertinente, desmistificou a ideia de que a pobreza linguística era ocasionada pelas dificuldades de aprendizagem das classes trabalhadoras

e classes menores étnicas, socialmente desfavorecidas. Nessas circunstâncias, desaprovou, definitivamente, essa lógica que reputava um mito sem levar em consideração a realidade social. Destarte, demonstrou, com o *corpus* linguístico de suas pesquisas, o contrário daquilo que a ideia da pobreza linguística pregava. As crianças dos guetos, participantes e colaboradoras de seu estudo, recebiam muita instigação verbal, dispunham de um vocabulário igual ao de qualquer outra criança, dominavam dialetos ou variedades linguísticas, assim como possuíam a mesma competência para a aprendizagem e para o pensamento lógico.

Segundo Martelotta (2008, p. 141) “a sociolinguística é uma área que estuda a língua em seu uso real”, partindo do princípio de que a variação e a mudança são inerentes às línguas e que, por isso, devem sempre ser levadas em conta na análise linguística. Desse modo, um dos objetivos de um sociolinguista é entender quais são os principais fatores que motivam a variação linguística e qual a importância de cada um dos fatores.

De acordo com o linguista, ao estudar os diversos domínios da variação, é preciso atestar como ela se define na comunidade de fala, bem como quais são os contextos linguísticos e extralinguísticos que favorecem a variação: na fala de um mesmo grupo de falantes, entre grupos distintos de falantes, divididos segundo variáveis convencionais (sexo, idade, escolaridade, etnia, nível econômico).

Conforme Bagno (2007) existe uma confusão conceitual e procedimental na maneira de retratar a variação linguística nos livros didáticos quando, por exemplo, propõem o exercício de passar para a norma culta as falas do personagem *Chico Bento*; resultando, muitas vezes, numa percepção equivocada do ensino desse conteúdo.

Desse modo, adverte que a prática docente está contribuindo, ainda mais, para a proliferação do preconceito linguístico, visto que está tratando de apenas uma variação: o falar da zona rural. Para o autor, esses falares também são encontrados entre as pessoas do meio urbano e, na realidade, o que existe é uma concepção errônea de que o falar urbano é o correto, o padrão; o que não é verdade, pois toda a língua oral tem as suas particularidades, independente de o indivíduo morar na zona rural ou urbana. Nesse intento, a fala de Chico Bento não pode ser considerada um erro, e sim uma variação linguística.

Além das contribuições dadas por variados linguistas e estudiosos da língua, os *Parâmetros Curriculares Nacionais* também se embrenham

numa corrente defensora e corroboram as propostas da sociolinguística.

O uso de uma forma de expressão depende, sobretudo, de fatores geográficos, socioeconômicos, de faixa etária, de gênero (sexo), da relação estabelecida entre os falantes e do contexto de fala. A imagem de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem, subjacente às prescrições normativas da gramática escolar, dos manuais e mesmo dos programas de difusão da mídia sobre “o que se deve e o que não se deve falar e escrever”, não se sustenta na análise empírica dos usos da língua (BRASIL, 1998, p. 29).

Frisando tal direcionamento sobre esse insucesso, Bortoni-Ricardo (2005, p. 15) afirma:

A escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas. Os professores e, por meio deles, os alunos têm que estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa. E mais, que essas formas alternativas servem a propósitos comunicativos distintos e são recebidas de maneira diferenciada pela sociedade.

Sob essa mesma lógica, Marcuschi (1996, p. 148) também defende a seguinte tese a respeito da questão da valorização da fala no ensino de língua:

O correto é respeitar a fala do aluno, fazendo ver que há uma fala diferente. Essa fala não deve ser imposta de cima para baixo, mas sim mostrada como um tipo de desempenho que pode ser apreendido. Não se trata de corrigir o aluno na sua fala, mas de valorizar a sua fala e mostrar-lhe outra diferente. Não se trata de levar o aluno a adotar um novo dialeto, mas de fazer com que ele saiba que existe outro dialeto além do seu.

Importante ressaltar que, conforme as postulações de Labov (*op. cit.*), para avaliar a capacidade verbal de um indivíduo, é necessário estudá-la através do contexto cultural em que tal capacidade se desenvolve e em situações naturais. A respeito do fracasso escolar, aponta que a causa está na inadequação e na incapacidade da escola em agregar a língua não padrão à prática pedagógica.

### **3. O círculo vicioso do preconceito linguístico**

Desde a Grécia Antiga, os mitos eram contados e repassados, oralmente, sobre fatos e origens que não eram compreendidos pelos povos e que foram perpetuados como uma verdade. Bagno (1999), em seu livro, *Preconceito Linguístico: o que é e como se faz*, elenca oito mitos linguísticos perpetuados em nossa sociedade:

- A língua portuguesa no Brasil apresenta uma unidade surpreendente;

- Brasileiro não sabe português / Só em Portugal se fala bem português;
- Português é muito difícil;
- As pessoas sem instrução falam tudo errado;
- O lugar onde melhor se fala português no Brasil é o Maranhão;
- O certo é falar assim porque se escreve assim;
- É preciso saber gramática para falar e escrever bem;
- O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social.

Conforme nos explica o estudioso da língua, os mitos linguísticos são perpetuados em nossa sociedade pela dependência da gramática tradicional, que aciona um ensino tradicional de normas e regras; e que, conseqüentemente, possibilita o desenvolvimento da indústria dos livros didáticos, visto que recorrem a tais gramáticas para a formulação das práticas teóricas de ensino. Dessa forma, eles fecham e formam o círculo vicioso do preconceito linguístico que age na reprodução e perpetuação de mitos que não apresentam respaldo científico sobre a concepção da língua portuguesa e do seu ensino/aprendizagem. Nesse sentido, tais mitos acabam tornando-se crenças difíceis de serem extintas.

Entretanto, o linguista também percebe que o Ministério da Educação tem feito esforços louváveis a fim de que haja uma reflexão sobre os temas relacionados à ética e à cidadania plena do indivíduo; visto que as novas concepções nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* já estão sendo inseridas em boa parte das escolas, expondo uma postura mais flexível e menos dogmática.

Diante de tal fato e, por mais que haja inovações, preocupou-se Bagno (1999) com tamanha resistência do círculo, apresentando um quarto elemento constituinte, responsável pelas bases fortes de fazê-lo girar, os chamados “comandos paragramaticais”: uma enorme quantidade de livros, manuais, programas de rádio e de TV, colunas de jornal e de revista, etc. que se restringem a reproduzir, sem críticas, a doutrina gramatical normativa, ou seja, uma série de recursos midiáticos que investe contra ao que chamam de “pobreza” da língua atual como se ela fosse um bloco compacto que pudesse ser vendido aos seus supostos consumidores.

O autor aproveita para denunciar não só o preconceito linguístico, mas o profundo preconceito social, étnico, cultural e ideológico camuflado em alguns defensores da norma padrão e demonstra que a análise de

tais comandos foge, muitas vezes, dos critérios sintáticos, semânticos e pragmáticos.

Para Bagno (1999), não existe uma unidade linguística no Brasil, mas variedades linguísticas próprias adquiridas em diferentes regiões do país que são carregadas na bagagem de qualquer cidadão, independente de sua classe social, culta ou não, e que farão surtir o efeito de sentido desejado pelo falante. Desse modo, para o linguista, não existe nenhuma diferença entre “nós vai” e “nós vamos” sob o ponto de vista linguístico. As duas formas têm razão de ser, têm uma lógica interna e respondem ao processo de transformação da própria língua.

A predominância do que é correto é algo muito marcante na gramática tradicional, pois interessa prescrever regras de uso da linguagem escrita e oral, categorizando uma correção absoluta dentro dos padrões gramaticais.

De acordo com Martelotta (*op. cit.*), a linguística, por sua vez, vem romper com a categorização grega instituída pela gramática normativa, priorizando os estudos na oralidade, mas não abandonando a escrita. Essa ciência busca ser descritiva, observando e descrevendo as variantes de uma língua sob o objetivo de não prescrever regras de uso ou uma correção absoluta nas formas de expressão. Também nos orienta que, para a linguística, não existe o certo e o errado, mas adequação aos diferentes contextos.

Castilho (*op. cit.*) objetiva sistematizar a polêmica gerada através da difícil mudança de perspectiva didática atrelada à centralização exclusiva do ensino da norma culta das escolas. Tal problemática, como o próprio pesquisador aponta, concentra-se no ensino do certo e errado, o que faz gerar resultados de autodesconfiança, insegurança no uso da língua materna, exclusão das diferenças; gerando um mal à formação do espírito democrático.

Fundamentado na teoria da variação e mudança, o autor debruça-se sobre o fato de como a língua portuguesa funciona na sociedade e de como podemos nos dar conta das diversas situações sociais em que nos envolvemos quando falamos. Desse modo, defende com autoridade linguística e científica, a língua e suas particularidades.

Amparado pela sociolinguística, o autor verifica o modo como os fatores de natureza linguística e extralinguística estão correlacionados ao uso das variantes de uma língua nos diferentes níveis fonéticos e morfos-

sintáticos da gramática. Para isso, Castilho cita pesquisas baseadas nas características do português brasileiro popular e no português brasileiro culto, defendendo que elas servirão de orientação a um novo processo de ensino.

Além disso, o estudioso ainda expõe que o falante reconhece a língua formal ou informal no momento em que se depara com diferentes graus de intimidade e ressalta, nesse momento, a escolha de recursos linguísticos que serão adequados às situações sociais em que estiver presente.

Outros fatores destacados por Castilho e que fazem variar nossa linguagem são os socioletos praticados na fala dos jovens, velhos, homens e mulheres, como também a variação profissional, conceituada por ele de linguagem técnica, e a linguagem corrente, ou fala coloquial propriamente dita.

O linguista também evidencia, baseado na linguística histórica, que tanto locutor quanto interlocutor atuam em um determinado momento histórico, e a época de que procedem reflete-se no material linguístico que selecionam.

Tais exemplos servem para reforçar o que bem disse Bagno (1999, p. 10): “enquanto a língua é um rio caudaloso, longo e largo, que nunca se detém em seu curso, a gramática normativa é apenas um igapó, uma grande poça de água parada, um charco, um brejo, um terreno alagadiço, à margem da língua”.

Respondendo ao questionamento proposto, Castilho (*op. cit.*) atenta para o fato de que não devemos pensar na língua como algo que se polariza entre o “certo” e o “errado”. A variação é inerente às línguas e o uso de determinada variedade linguística serve para marcar a inclusão desses grupos na escola, bem como na sociedade, dando a eles uma identidade. Saber uma língua é conhecer variedades e não aprender regras que existem apenas numa língua artificial usada pela escola, é entender que os falares são simplesmente diferentes, ressalta o linguista.

Como alertam os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1998, p. 59), “a questão não é de correção da forma, mas de sua adequação às circunstâncias de uso, ou seja, de utilização eficaz da linguagem: falar bem é falar adequadamente, é produzir o efeito pretendido”.

Portanto, é imperativo imediato construir a alteridade com base nos exemplos e propostas sugeridas sobre o prisma da adequação do con-

texto e da construção da linguagem através das variedades linguísticas.

#### **4. A variação linguística atrelada à formação de professores**

Segundo Monte & Sales (2008), trabalhar a variação linguística em sala de aula requer dos professores uma formação e, ao mesmo tempo, uma reflexão crítica sobre a língua, considerando as variantes regionais e as implicações socioeconômicas envolvidas nesse processo. Nesse sentido, os professores devem não só considerar as variantes desprestigiadas socialmente, presentes nos falares dos alunos, mas também desenvolver trabalhos de inserção social desses sujeitos de modo que a eles seja assegurado, além do respeito pela sua variante linguística, o direito de saber transitar entre as diversas modalidades em situações que lhes são oportunas.

Conforme as autoras, nessa perspectiva, os professores precisam partir do conhecimento linguístico que os alunos têm com o intuito de tornar o estudo da língua portuguesa significativo para os estudantes, para depois ampliar os seus conhecimentos referentes às variantes linguísticas, bem como orientá-los a fazerem uso das variações de acordo com as situações comunicativas das quais participam.

O professor deve considerar as dificuldades que os alunos apresentam tanto na língua oral, quanto na língua escrita. No entanto, não se deve corrigir o que se entende por errado, pelo que se supõe ser o certo, mas enfatizar a existência da variação que existe na língua portuguesa, e apresentar as várias formas de dizeres possíveis. Para tanto, Monte & Sales (2008.) avaliam ser relevante desenvolver um trabalho crítico e reflexivo sobre a língua oral e escrita a partir da realidade sociocultural dos alunos e da utilização de diferentes gêneros textuais.

É nessa outra perspectiva que somos tentados a dizer: tudo na língua é por acaso. Não porque o uso seja arbitrário e/ou inexplicável, mas porque o sentido, o modo e a razão de ser de cada discurso só se revelam se integrados em seu heterogêneo contexto cultural de origem. Os usos da língua integram esse contexto; são, de alguma forma, constitutivos dele. (BAGNO, 2007, p. 14)

Dessa maneira, Monte & Sales (2008) consideram que é preciso que os educadores fiquem atentos à seleção do material a ser utilizado para não correrem o risco de trabalhar os textos de forma inadequada ou, até mesmo, utilizarem a estratégia da reescrita dos textos que apresentam marcas da variação para a norma padrão, dando a entender que essas marcas são erros dos falares regionais que devem ser corrigidos. Isso não

é trabalhar a variação. Além disso, essa prática é excludente e preconceituosa, pois considera esses falares errados.

##### **5. Análise das concepções prévias dos professores sobre variação linguística**

A escola escolhida para a aplicação dos questionários foi uma unidade da rede particular localizada no centro da cidade de Campos dos Goytacazes, cidade da região Norte Fluminense. Caracteriza-se numa escola pequena que atende a cerca de duzentos alunos. Os professores selecionados atuam no primeiro segmento do ensino fundamental e possuem licenciatura em pedagogia ou em letras, perfazendo um total de cinco entrevistados.

A primeira pergunta feita por nós foi sobre o que essas professoras entendem por variação linguística. Uma professora respondeu de forma curta e objetiva, dizendo não saber do que se tratava e nos direcionando, portanto, à constatação de que havia, por parte dela, um completo desconhecimento do assunto. Em seguida, obtivemos a seguinte resposta:

- **É o modo pelo qual ela se diferencia, sistematicamente e coerentemente, de acordo com o contexto histórico, geográfico e sociocultural no qual os falantes destas línguas se manifestam (sic) verbalmente.**

O que podemos depreender da resposta acima é que a professora apresenta uma definição verdadeira de variação, visto que a atrela ao contexto histórico, geográfico e também sociocultural. Dessa forma, trata a variação como um fenômeno linguístico em funcionamento na sociedade, ponto de vista extremamente adequado a tal assunto. Nesse sentido, conforme bem diz Bagno (1999, p. 38), o conceito de variação linguística, [...] “é a língua em seu estado permanente de transformação, de fluidez, de instabilidade”.

Prosseguindo com nossas análises, deparamos com a seguinte resposta:

- **É quando a criança ainda não se encontra pronta para a língua escrita. Sua escrita às vezes está correta, como também em determinados momentos há erros, desequilíbrios.**

Notamos que a professora apresenta uma concepção errônea sobre

o conceito de variação, pois confunde esse conteúdo com o processo de apropriação da escrita. Para fazer a definição, faz o julgamento do certo e do errado e associa a ortografia à definição de variação linguística. Desse modo, a professora faz uma definição que está longe dos parâmetros que a variação linguística emprega. Sua concepção é impregnada pela marca contrária à heterogeneidade linguística, associada a regras e prescrições da norma-padrão. Falar em variação da língua é remeter a algo que já é inerente ao ser humano: a fala. Com o passar do tempo, ela vai-se modificando, e variantes, modos e maneiras de falar vão surgindo. De uma maneira equivocada, a professora nos mostra que há uma confusão entre a variação linguística e a escrita padrão, que não pode ser considerada um elemento representativo da língua.

Na verdade, mais do que ensinar, é nossa tarefa construir o conhecimento gramatical dos nossos alunos, fazer com que eles descubram o quanto já sabem da gramática da língua e como é importante se conscientizar desse saber para a produção de textos falados e escritos coesos, coerentes, criativos, relevantes etc. (BAGNO, 2007, p. 70).

Diante do exposto, cabe analisarmos outra resposta:

- **A variação linguística é a variação de uma língua de acordo com o contexto que pode ser social, cultural, histórico ou geográfico.**

Tal entendimento vai ao encontro dos estudos linguísticos e sociológicos de Marcos Bagno e de outros linguistas.

De acordo com Bagno (1999, p. 43), existem alguns fatores sociais que podem auxiliar na identificação dos fenômenos da variação:

- **Origem geográfica:** a língua varia de um lugar para o outro; assim podemos investigar, por exemplo, a fala característica das diferentes regiões brasileiras, dos diferentes estados, de diferentes áreas geográficas dentro de um mesmo estado e a origem rural e urbana da pessoa;
- **Status socioeconômico:** as pessoas que têm um nível de renda muito baixo não falam do mesmo modo das que têm um nível de renda médio ou muito alto, e vice versa;
- **Grau de escolarização:** o acesso maior ou menor à educação formal e, com ele, à cultura letrada, à prática da leitura e aos usos da escrita, é um fator muito importante na configuração dos usos linguísticos dos diferentes indivíduos;

- **Idade:** os adolescentes apresentam características diferenciadas de seus pais em sua fala, assim como esses pais não apresentam fala idêntica àquela das gerações anteriores;
- **Sexo:** homens e mulheres fazem usos diferenciados dos recursos que a língua oferece;
- **Mercado de trabalho:** o vínculo das pessoas com determinadas profissões e ofícios tem reflexo na sua atividade linguística;
- **Redes sociais:** cada pessoa adota comportamentos semelhantes aos das pessoas com quem convive em sua rede social; entre esses comportamentos está também o comportamento linguístico.

Prosseguindo, temos abaixo uma resposta incompleta quanto ao entendimento de variação:

- **Entendo que são variações da língua de acordo com a região onde se vive e as transformações pela qual ela passa.**

Tal resposta corrobora o que falamos, anteriormente, nas primeiras seções deste artigo quanto ao fato de que a prática pedagógica do conteúdo pode estar voltada somente para a vertente geográfica. Dessa forma, emerge, no discurso do professor, um conceito que se restringe a apenas uma vertente da variação linguística e que não permite a abertura de um leque relevante de explicações.

Das cinco professoras entrevistadas, apenas uma não tinha estudado sobre o tema em sua graduação. Quando perguntadas se consideram a variação linguística um assunto relevante para ser tratado em sala, o resultado foi: das três professoras que responderam, uma disse que tal assunto é um tema importante; a outra respondeu que o tema não é importante; e a última disse desconhecer o assunto, porém, acreditava ser um assunto relevante.

A resposta da professora que nos disse que a variação linguística não é um tema relevante para ser trabalhado em sala de aula foi a seguinte:

- **Nós temos que seguir o que vem no livro didático, temos que trabalhar os conteúdos que são passados pra nós no começo do ano. Quando tudo isso acontece e os alunos conseguem assimilar, não há erros.**

A pergunta que cabe evidenciarmos, a partir da análise dessa resposta, é: Trabalhar a variação linguística, a partir dessa perspectiva, é trabalhar o erro? Então os livros didáticos são manuais que precisam ser seguidos para que não aconteça tal erro? Percebemos que o dogma na fala da professora está voltado para a prática restrita ao manual, algo já pronto, que não demanda o esforço do docente e que se situa numa zona bastante confortável pela possibilidade de apenas segui-lo sem propor mudanças ou questionamentos.

Entre aquelas que disseram ser um assunto relevante, foram obtidas as seguintes respostas:

- **É importante a gente falar sobre isso na sala de aula, que aí eles podem perceber os diferentes jeitos de falar.**
- **Acho importante sim, porque eles podem perceber o jeito errado de falar e aprender o certo.**
- **É importante sabe, a gente mostra pra eles as gírias, os regionalismos, e eles ficam sabendo as outras formas de falar e escrever.**

Temos acima três posturas positivas quanto ao uso da variação em sala de aula. Porém, identificamos que, apesar de ser positiva, a segunda demonstra o preconceito linguístico quando se posiciona entre o certo e o errado, visto que, conforme apontado neste artigo, não é aprender a falar certo, mas adequar a fala de acordo com o contexto em que ela se insere. Enquanto isso, a terceira remete apenas às variações da idade e da região, o que nos mostra a necessidade de os professores ampliarem o campo variacional de entendimento sobre os fatores supracitados nesse artigo.

Quando perguntado se as docentes trabalham a variação linguística em sala de aula, duas responderam que não abordam esse assunto e disseram que era por não estar no livro didático. Outra professora disse desconhecer o assunto.

De fato, são poucos os livros didáticos que tratam dessa informação e, quando tratam, o fazem de maneira errônea, como afirma Bagno (1999, p. 119): “[...] a falta de uma base teórica consistente e, sobretudo, a confusão no emprego dos termos e dos conceitos prejudicam muito o trabalho que se faz nessas obras em torno dos fenômenos de variação e mudança”.

Já as professoras que trabalham a variação linguística o fazem da

seguinte forma:

- **Com o diálogo e o uso frequente da ortografia.**
- **Em produções de textos, trabalhamos as variações regionais, as gírias e os estilos de linguagem.**

A primeira resposta foge, totalmente, ao modo como se deveria trabalhar a variação linguística; pois, quando se trata dessa vertente, não se trabalha a ortografia, mas a fala que está em constante variação e a conscientização dessas variedades no seu uso. A segunda resposta precisa estar acrescida de alguns fatores. Para isso, Bagno (2000, p. 156) expõe como o ensino de língua portuguesa necessita ser tratado:

Defendo um ensino crítico da norma-padrão. E para empreender essa crítica, é necessário despejar sobre o pano de fundo homogêneo do Cânon linguístico a heterogeneidade da língua realmente usada. Para tanto, a escola deve dar espaço ao máximo possível de manifestações linguísticas, concretizadas no maior número possível de gêneros textuais e de variedades de língua: rurais, urbanas, orais, escritas, formais, informais, cultas, não cultas [...] proponho uma pedagogia voltada para o todo da língua e não para algumas de suas formas.

Nesse sentido, abrindo esse imenso campo da língua e as suas variedades, é possível perceber que as contribuições da linguística precisam ser utilizadas e trabalhadas efetivamente nas práticas pedagógicas de modo que a linguagem não-padrão deixe de ser estigmatizada e relacionada a adjetivos pejorativos, como “errada, ruim, feia”, com base em preconceitos e avaliações de origem social. Além disso, é de suma importância que o professor conheça a realidade linguística de seus alunos; pois, a partir de tal percepção, ele poderá, além de transpor as barreiras do preconceito, trabalhar de forma mais consciente as especificidades das variantes linguísticas usadas por eles.

## **6. Considerações finais**

O presente artigo objetivou pesquisar e recolher as concepções prévias de cinco professores que atuam na rede particular da cidade de Campos dos Goytacazes acerca do conceito de variação linguística e a sua aplicação em sala de aula. Diante do que foi proposto, observamos que os professores ainda têm receio de trabalhar o tema ou não o compreendem verdadeiramente e, quando afirmam a necessidade de lidar com essa vertente em sala de aula, o fazem de forma equivocada ou incompleta.

Levantamos, inicialmente, a questão sobre o que tem acontecido com o ensino da variação, visto que os *Parâmetros Curriculares Nacionais*, desde 1998, já trazem essa questão para o centro das discussões e, conseqüentemente, pregam a sua prática pedagógica. Foi possível observar que, apesar de esse documento norteador já ter partido em defesa de novas posturas pedagógicas há alguns anos, ainda se encontram, manifestadas nos discursos dos professores, atitudes arraigadas em opiniões e comportamentos que perduram ao longo dos tempos e que, justamente por essa resistência ao que é novo e diferente, insistem em andar na contramão da construção de uma escola que inclua verdadeiramente todos os alunos.

Cumpra-se, dessa forma, assinalar que a nossa hipótese de pesquisa esteve voltada para uma estreita relação entre o não saber e o não aplicar os verdadeiros conceitos sobre o que é a variação linguística e que ela foi confirmada ao observarmos que, dentre as professoras entrevistadas, houve respostas que apresentaram um total desconhecimento do assunto; outras que nos mostraram que elas conhecem o conceito apenas parcialmente, e ainda respostas preconceituosas que relacionaram a variação a palavras de conotação negativa, tais como erro ou desequilíbrio. Além disso, observou-se, além da resistência de algumas professoras em aplicar os conceitos da variação linguística em suas propostas pedagógicas, uma dificuldade em conseguir executar essa tarefa de modo eficaz, uma vez que não estão habituadas ao assunto e acabam por esbarrar em obstáculos ou em atitudes equivocadas ao tentarem desenvolver estratégias didáticas que favoreçam o ensino-aprendizagem da variação linguística.

Sendo assim, é imprescindível que a escola comece, de fato, a repensar sua prática e a desenvolver trabalhos pedagógicos que contribuam para o respeito à diversidade da língua e para a inserção social daqueles que vêm, há bastante tempo, sendo excluídos do sistema educacional. Além disso, é imperativo que cursos de formação continuada sejam desenvolvidos e disponibilizados aos professores em geral; de modo que, dentre outros temas essenciais ao êxito escolar, a variedade linguística se torne uma vertente central nas propostas pedagógicas e contribua para a formação de consciências capazes de compreender e respeitar as diversidades e de agir em prol de novas perspectivas educacionais.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da*

variação linguística. São Paulo: Parábola, 2007.

\_\_\_\_\_. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão*. São Paulo: Loyola, 2000.

\_\_\_\_\_. *Preconceito linguístico: o que é e como se faz*. São Paulo: Loyola, 1999.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós chegemos na escola, e agora?* Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola, 2005.

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Saber uma língua é separar o certo do errado?* 2009. Disponível em:

<[http://www.museulinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto\\_16.pdf](http://www.museulinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto_16.pdf)>.

Acesso em: 03-02-2014.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Trad.: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

LIBANEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Nove teses para uma reflexão sobre a valorização da fala no ensino de língua: a propósito dos Parâmetros Curriculares no ensino de língua portuguesa de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série do 1<sup>o</sup> grau menor. *Anpoll*, Niterói, v. 1, n. 4, p. 137-156, jan./jun. 1998.

MARTELOTTA, Mário Eduardo Toscano et al. (Orgs.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.

MONTE, Carolina Tavares da Silva; SALES, Ana Lúcia de. *Uma reflexão sobre a variação linguística e a prática docente no contexto das novas linguagens*. 2008. Disponível em:

<<http://www.ccsa.ufrn.br/6sel/anais/public/papers/gt6-06.pdf>>.

Acesso em: 20-01-2014.

**ANEXO:**

**Questionário**

**1. O que você entende por *variação linguística*?**

---

---

---

---

**2. Durante sua formação, esse tema foi abordado em alguma disciplina?**

---

---

---

---

**3. Você considera a *variação linguística* um assunto relevante para ser tratado em sala de aula?**

---

---

---

---

**4. Você trabalha a *variação linguística* em sala de aula?**

---

---

---

---

**5. Se sim, como o faz?**

---

---

---

---